

Barcelos terra condal

congresso

BARCELOS TERRA CONDAL

CONGRESSO

Actas do Congresso Histórico e Cultural realizado em Barcelos
de
22 a 24 de Outubro de 1998

II Volume

Câmara Municipal de Barcelos
1999

Existem referências a Castros nas imediações de Barcelos, no entanto, no local onde se situa a cidade, nunca foram encontrados vestígios de quaisquer ocupações anteriores à Idade Média. Em termos militares, Barcelos localiza-se entre dois castelos, o de Aguiar de Neiva, a Noroeste, e o de Faria, a Sudoeste. Estes dois, conjuntamente com os vizinhos castelos de Bastuço, Neiva, Penela e de S. Miguel da Facha, garantiam a “integridade do litoral Minhoto contra as arremetidas conquistadoras de Leoneses e Castelhanos.”²

A primeira fonte documental sobre Barcelos é a sua Carta de foral, dada por D.Afonso Henriques durante a 2ª metade do Século XII. Nesta altura ainda o Castelo de Faria era a sede da justiça real na região. Durante a reforma administrativa verificada em Portugal na centúria de quatrocentos, em que as sedes administrativas passam para as vilas e cidades mais importantes na região, Barcelos acolherá o testemunho que lhe é passado pelo Castelo de Faria. Nesta época já a situação se tinha invertido, e a vila passara a ser mais importante que o Castelo, progressivamente abandonado com o acalmar das lutas que lhe tinham dado origem.

Não sabemos qual foi a época em que este Castelo foi definitivamente abandonado, mas, como refere Carlos Brochado de Almeida, “(...) a atentarmos na presença de moedas de D. Duarte e D. Afonso V na área da fortaleza, esta poderia ainda ter alguma serventia no século XV. A partir daqui, por desnecessário, o castelo desmoronou-se e morreu.”³ As diferentes campanhas de escavações realizadas no Castelo de Faria, provaram que este foi edificado sobre “um povoado castrejo com fortes índices romanizantes”⁴. Tal coloca-nos a hipótese de os já citados castelos serem a personificação medieval dos vários povoados castrejos da região e que Barcelos, onde não existia nenhuma edificação de carácter defensivo, seria uma povoação mais tardia e de carácter menor no início da Idade Média. As características morfológicas também suportam esta tese, já que, enquanto o Castelo de Faria se encontra implantado a uma cota superior a 250m acima do nível do mar, Barcelos não ultrapassa os 40m, tendo assim uma má situação defensiva. Também em termos geológicos, a zona da vila não era propícia à agricultura, já que a área do morro granítico, onde se encontra o núcleo inicial da povoação, “está assente numa extensa mancha de depósitos argilosos”⁵.

Quando D. Dinis doa a João Afonso, Senhor de Albuquerque, a sua Vila de Barcelos fazendo-o Conde da mesma (8/5/1298 – TT, *Ch. D. Dinis*, 1.3, f.3)⁶, traça um novo percurso na evolução da urbe Barcelense. Todavia, até ao sétimo Conde,

² ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, «Castelo de Faria - Campanha de Escavações de 1981», *Barcellos-Revista*, 2ª Série, nº 1, Barcelos, 1982, p.79.

³ *Ibidem*, p. 81.

⁴ *Ibidem*.

⁵ ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, «As Origens Pré-Dinásticas de Barcelos», *Avenida do Minho*, nº3, Barcelos, 1989, p.129 e ss.

⁶ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, «Barcelos Terra de Condes: Uma Abordagem Preliminar (Parte D)», *Barcelos Revista*, 2ª Série, Nº 2, Barcelos, 1991, p.7.

excepção feita a D. Pedro, filho bastardo de D. Dinis, que edificou a ponte sobre o Cávado, todos os restantes, ainda que sendo homens importantes, não tinham força suficiente para mudar significativamente a fisionomia do burgo.

O Condado foi concedido a D. Nuno Álvares Pereira em 1385 (8/10/1385 – TT, *Ch. D. Fernando I*, l.1, f.76)⁷, após a Batalha de Aljubarrota, como recompensa dos serviços prestados ao Mestre de Aviz. O Condado estava vago desde a Batalha citada, onde tinha perecido D. João Afonso Telo, sexto Conde (26/6/1383 – TT. *Ch. D. Fernando I*, l.3, f.59v)⁸ e irmão da Rainha deposta. Apesar da sua proeminência no reino, o Condestável não deixou marcas significativas no burgo, pois Barcelos era apenas mais uma entre as muitas cidades que tinha sobre o seu poderio. Só em 1401, quando o Conde D. Afonso casa com D. Beatriz Pereira, filha do Condestável, e herda em consequência o Condado, começa para esta Vila um período expansionista.

Sendo filho do Rei da Boa Memória, ainda que bastardo, D. Afonso era só por si figura importante, agora, como herdeiro do Condestável, vê-se numa posição conforme à sua faceta ambiciosa. Porém, D. Nuno, homem experiente, deixou a ressalva de que a sua herança seria distribuída apenas pelos netos nascidos por via legítima. Ainda assim, D. Afonso possuía extensos territórios na Comarca do Entre Douro e Minho, de que se destacavam Barcelos e Chaves. Esta última, foi a que obteve do oitavo Conde de Barcelos maiores atenções nos primeiros anos do matrimónio, tendo o casal residido na Torre de Menagem do Castelo.



Figura 2 – Torre de Menagem de Chaves

⁷ *Ibidem*, p. 7.

⁸ *Ibidem*.

Barcelos mereceu a atenção deste seu Senhor durante o período de transição entre a morte de D. Beatriz Pereira e o casamento com D. Constança de Noronha. O período Barcelense do Conde D. Afonso, provavelmente paralelo à preparação da conquista de Ceuta, é materializado também na construção dos seus Paços.

Com a desactivação progressiva dos Castelos em redor, em especial o de Faria, Barcelos passa a ser a mais importante Vila da região em que se insere. Nunca tendo possuído medidas de carácter defensivo, que devido ao tardio desenvolvimento e à pequena dimensão do Burgo não se justificavam, a Vila vai agora ser cercada de muros por D. Afonso.

Barcelos era “dotada de um importante termo, servida por uma ponte canalizadora de muita passagem inter-regional, impunha-se que (...) tivesse uma cerca amuralhada, para controlar mais eficazmente a cobrança de portagens, para se poder defender em tempo de guerra ou aquando de disputas, por vezes sangrentas, entre bandos regionais e como exigia o prestígio de nobre vila”⁹.

Dentro deste princípio, já no início da centúria de quatrocentos D. Afonso mostrava preocupações relativamente à segurança na Cidade do Porto, como ficou registado no Livro das Vereações desta cidade, à qual escreveu uma carta, dando “instruções para que as portas e os muros da cidade fossem reparados, devendo aquelas ser encerradas a partir da noite”¹⁰. Talvez o Conde estivesse já a pensar nos muros da sua Vila de Barcelos quando escreveu esta carta.

As muralhas de Barcelos, Vila com pouca importância estratégica ao nível militar, como vimos, eram essencialmente uma medida de controle económico e social, assim como de afirmação do prestígio senhorial. Poder-se-á ainda discutir de quem será a iniciativa de erguer a cerca de Barcelos, se de D. João I, se do Conde D. Afonso. Contudo, ainda que tenha sido o Poder Real a chancelar a obra, a sua iniciativa enquadra-se perfeitamente na necessidade de afirmação do Conde de Barcelos, como o prova o seu ambicioso percurso.

Em 1406 já o Concelho do Porto protestava junto de D. João I, pelas contribuições a que eram obrigados os moradores de Azurara, no termo do Porto, para os muros e torres de Barcelos, regalia que o Conde D. Afonso tinha obtido de seu pai. Esta data, citada pelo Professor Ferreira de Almeida¹¹, é identificada por Maria Falcão Ferreira¹² como deduzida a partir da carta Régia de 1413, existente no Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto (*l. A*, f. 920), em que D. João I isenta os moradores de Azurara de servirem nas obras de Barcelos. Documentos mais precisos são-nos revelados por esta autora, “colhidos na documentação de Guimarães, a propósito dos privilegiados de Santa Maria: assim, as obras dos

⁹ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Barcelos*, Lisboa, 1990, p.32.

¹⁰ MORENO, Humberto Baquero, «A Manutenção da Ordem Pública no Porto Quatrocentista», *Revista de História*, Vol. II, Porto, 1979, p.367.

¹¹ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *op. cit.*, p.32-33.

¹² FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, «Barcelos Terra de Condes (Parte II): Esboços da Vila Medieval», *Barcelos Revista*, 2ª Série, Nº 3, Barcelos, 1992, p.13.

muros, discutidas no «penedo» de Barcelos, deveriam ter arrancado antes de 1411 (TT, *Col. Guim., Doc. Part.*, cota antiga: «m.12, gav.22»); continuavam em 1431, 1461 e 1480 (*Idem, Doc. Régios*, m.2, n.36, *Docs. Part.*, m.56, n.29 e m.62, n.14).¹³ O «penedo» a que se referem os documentos é, provavelmente, aquele em que se edificaram os Paços Condais, junto à Igreja Matriz.

O protesto que os Limianos levaram às cortes de Évora, em 1481¹⁴, revela-nos que o *duque dom afomsso em seendo comde de barçellos ouue Carta per que amtre doyro e minho págasse taalha pera as obras de barçellos e por teer Rezom dauer estes dinheiros ordenou de çerquar o dito luguar de muros e torres*. Diziam ainda que a obra há mais de 25 anos que estava terminada, referindo-se esta contagem ao ano de 1450, data em que o Conde de Arraiolos, filho de D. Afonso, foi a Barcelos. As obras não teriam certamente ficado prontas em 1425, como sugerem os Procuradores de Ponte de Lima, pois como foi citado acima, elas estão referenciadas até 1480. No entanto, os dinheiros cobrados “na segunda parte do Século XV já eram destinadas para «obras»”¹⁵ e já não especificamente aos «muros e torres», como os documentos do início do Século, o que nos leva a firmar que com estas contribuições se fizeram melhorias nos muros, torres e paço Condal, e se teriam iniciado os Paços do Concelho, quer ainda no tempo do Conde D. Afonso, quer já no de seu filho e posteriormente no de seu neto.

O Pergaminho citado permite-nos ainda saber, pelas queixas dos de Ponte de Lima, que com a talha cobrada em 1425 *se poderom fazer taaes tres çercas* e que a obra depois de concluída importou em *dous milhõoes*. Tais queixas, feitas ao tempo do Conde D. Fernando II, neto de D. Afonso, estão directamente relacionadas com as obras que este estava a levar a cabo no seu Paço Condal, referindo-se concretamente à torre sobre a ponte, que este estava a refazer.

A configuração da muralha iniciada por D. Afonso é relativamente fácil de determinar, já que o desenho de Duarte D’Armas, do início do século XVI, e, mais rigorosamente, a planta militar de 1806, nos revelam a forma que esta tinha. O condicionamento provocado pela cerca no desenvolvimento urbano é ainda hoje uma marca indelével na estrutura do centro histórico da cidade.

A muralha era uma estrutura orgânica que envolvia a urbe, desenvolvendo-se de Sudoeste para Nordeste, acompanhava os arruamentos principais da Vila, com relevo para a rua Direita, que a partir da ponte davam acesso aos caminhos para Ponte de Lima e para o Prado, junto a Braga. As três torres que a Vila possuía marcavam exactamente as principais rotas que a partir dela, ou por ela, se poderiam fazer.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ Arquivo Municipal de Ponte de Lima, «Pergaminho nº 40», in *O Archeologo Português*, vol. XXI, Janeiro a Dezembro de 1916, Nº 1 a 12.

¹⁵ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *op. cit.*, p.36.

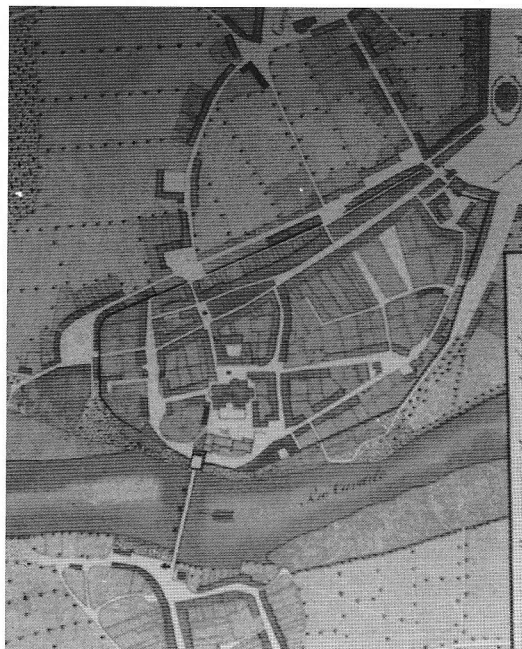


Figura 3 – Excerto da Planta Militar de Barcelos (1806)

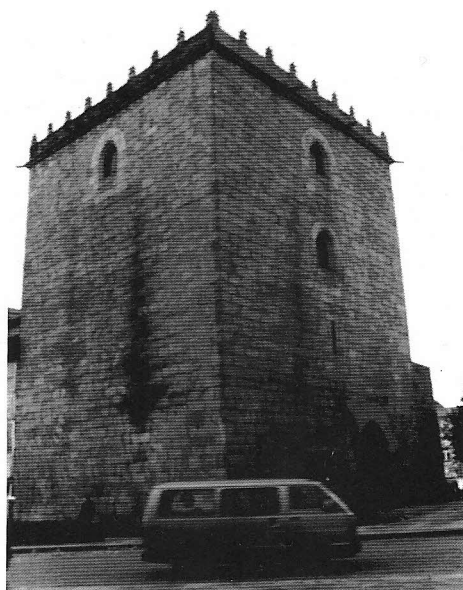


Figura 4 – Torre do Cimo de Vila

A Torre de Cimo de Vila, posteriormente da cadeia, quando esta para aí se mudou no século XVII, encontrava-se em frente ao campo da feira, rematando a Rua Direita, e “era através dela que era possível sair da cidade na direcção de Ponte de Lima e Prado. Possuía quatro pisos sendo os três últimos apenas fechados em três dos seus lados: Norte, Nascente e Sul, formando um «U». O quarto seria

possivelmente em madeira. Como justificação desta hipótese, temos o facto de encontrarmos nas juntas de união das pedras do fechamento renascentista à estrutura pré-existente, o contorno de mísulas ao nível dos dois pisos superiores¹⁶.

O arquitecto parisiense Viollet-le-Duc, no seu *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française*¹⁷, mostra-nos alguns exemplares desta tipologia, de influência romana, construídos no seu país. De entre estes destacamos, pela sua semelhança com o caso de Barcelos, uma das Torres de Avignon, mandada edificar pelo Papa Inocência VI na segunda metade do século XIV (Figura 5).

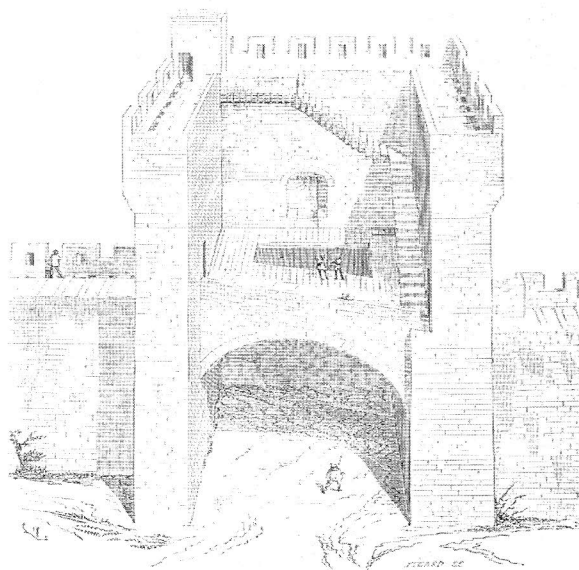


Figura 5 – Torre do sistema defensivo de Avignon (2ª metade do século XIV)

O desenho de Duarte D'Armas permite-nos também confirmar a tipologia em “U” das torres de Barcelos, facto que é ainda confirmado pelo confronto entre as espessuras das paredes originais (cerca de 2,64m ou 12 palmos) e a da parede aposta, a Poente (cerca de 1m, mais próxima de 3 pés – 0,99m – do que de 5 palmos ou 1 côvado – 1,10m).

¹⁶ AA.VV., *O Paço do Conde de Barcelos – estudo de reconstituição do possível edifício original*, ano lectivo de 1988/89, F.A.U.P., p.3 (policopiado).

¹⁷ VIOLLET-LE-DUC, Eugéne Emmanuel, *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XI^e au XVI^e Siècle*, Paris, A. Morel, 1867-1868.

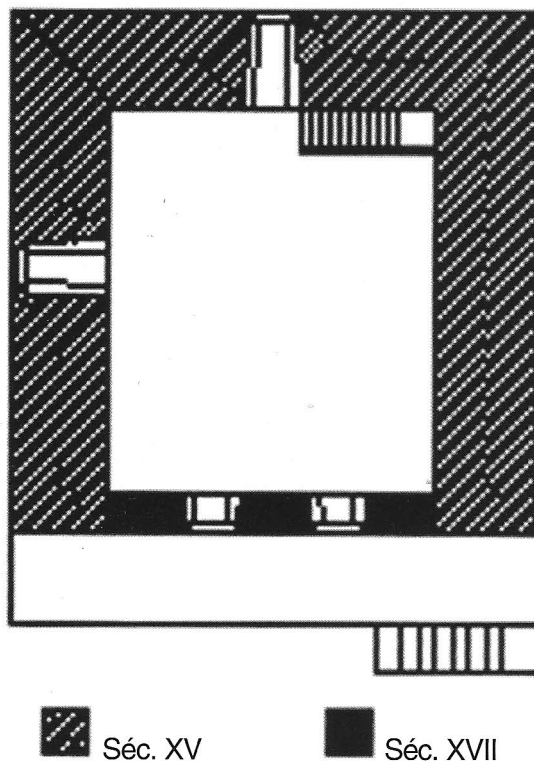


Figura 6 – Torre do Cimo de Vila (épocas de construção)

Os merlões e certos vãos que esta possui, de carácter renascentista, evidenciam-nos e confirmam as obras que esta Torre sofreu sobre a estrutura original. Ainda desta campanha de obras, será o interessante sistema de apoio das vigas de madeira que suportam a estrutura do soalho. Ao nível do rés-do-chão existe um pilar de pedra que suporta o pavimento do primeiro andar, sistema que se repete no segundo piso, apoiando o pavimento do terceiro. No primeiro andar não existe pilar, sendo o pavimento do segundo e o pilar nele existente, suportado por um arco de volta perfeita, que descarrega nas paredes Nascente e Poente. Tendo esta última sido erigida nas obras renascentistas, é de colocar a hipótese de este sistema estrutural ser também dessa época. A porta desta torre tinha um esquema de passagem em cotovelo, formando a entrada e a saída um ângulo recto, o que, além de tornar a defesa mais fácil, permitia um maior controle dos que entravam e saíam do burgo. Tecnicamente esta torre possui um aparelho regular em granito, abundante na região. Das três torres medievais construídas, esta é a única que ainda se mantém.

A Porta do vale situava-se na sequência da rua de Santa Maria, em frente ao Largo do Apoio, e dava acesso aos campos e ao caminho de Esposende. Era guardada por uma torre, demolida em 1797, e a sua estrutura seria também em «U», como é possível observar no desenho de Duarte D'Armas. Deveria por isso possuir as mesmas

características técnicas que a Torre de Cimo de Vila, com excepção do tipo de passagem, que aqui era feita sem ângulos, o que a tornava apta à circulação de transportes carrários, função necessária, já que esta dava acesso aos terrenos agrícolas.

Rematando a entrada de Barcelos pela ponte, encontrava-se a terceira torre, encostada ao talude rochoso e apresentando “ao nível do rés-do-chão, três grandes arcadas por onde cruzava todo o trânsito. Uma virava-se ao tabuleiro da ponte e as duas outras serviam os dois acessos laterais, o de poente e o de nascente”¹⁸. Esta torre, a maior das três existentes, seria certamente uma construção imponente, como nos deixa perceber o desenho feito por Duarte D’Armas no início do Século XVI. Era uma torre semelhante, em termos funcionais, à que existiria na ponte medieval de Amarante¹⁹, ou à que ainda subsiste em Ucanha. Recorrendo novamente aos exemplos franceses publicados por Viollet-le-Duc, podemos referir a Torre e Ponte de Saintes (final séc. XIV), Ponte de Avignon (terminada no final do séc. XIV), ou ainda as Torres da *Pont de la Calendre* (2^a metade do séc. XIII), existentes em Cahors (Figura 7).

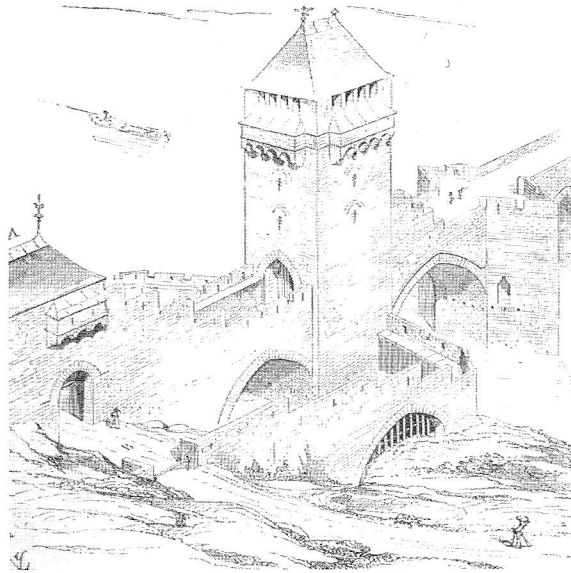


Figura 7 – Cahors, *Pont de la Calendre*

¹⁸ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *op. cit.*, p. 34.

¹⁹ Cf. SARDOEIRA, Albano, *Elementos Documentais para a História de Amarante - II A Antiga Ponte Fortificada de Amarante*, Porto, 1956

A torre de Barcelos tinha, porém, a particularidade de estar associada ao Paço Condal, já que o corpo existente ao nível superior da torre era uma das casas da residência dos senhores de Barcelos. Tal como é possível perceber pela imagem do *Livro das Fortalezas*, esta associação directa é posterior à edificação do Paço por D. Afonso, sendo atribuível a D. Fernando II, já que os merlões existentes no corpo superior da Torre são de carácter mais tardio relativamente ao restante edifício. Tal é-nos ainda confirmado pelo já citado documento de Ponte de Lima, em que se refere que *por lhe parecer a este duque dom fernando q. avya ajnda mester mais obra mandou desfazer huua das milhores torres e mais primçipaaes que hi auia*, sendo esta, provavelmente, a da ponte.

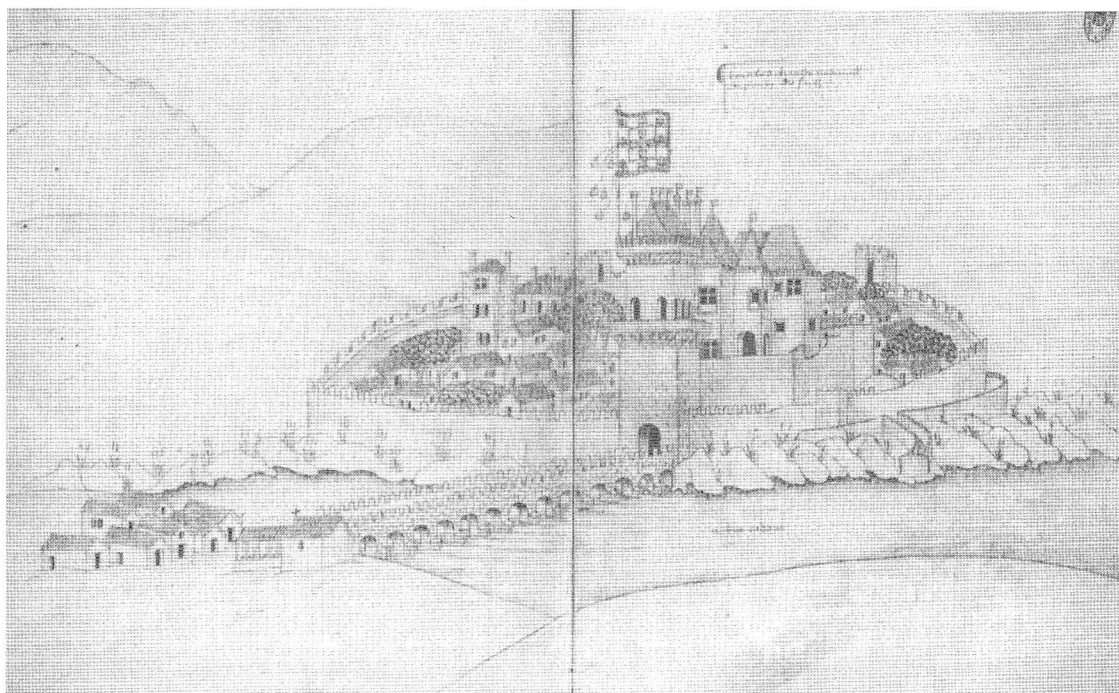


Figura 8 – Panorâmica de Barcelos no início do século XVI – Desenho do Livro das Fortalezas

Em 15 de Setembro de 1609, por provisão de El-Rei D. Filipe II, realiza-se uma medição aos Paços dos Condes de Barcelos²⁰, onde esta Torre é referenciada como não tendo *sobrado nem tecto* e como sendo *a mais Alta de todas, e pella Banda de fora tem hua Varanda estreita de Pedra ao Redor della quasi pello meo*. Um outro Tombo²¹, datado de 20 de Fevereiro de 1706, confirma-nos a descrição anterior,

²⁰ «Tombo 5 do Julgado de Neiva, fls. 4v», Arquivo da Casa de Bragança no Palácio de Vila Viçosa, in AZEREDO, Francisco de, *Os Paços dos Condes-Duques de Barcelos*, Porto, 1954, p.20-21

²¹ «Tombo 15, fls. 900v», Arquivo da Casa de Bragança em Barcelos, in AZEREDO, Francisco de, *op. cit.*, p.23

dizendo que todas as *cazas estão descobertas sem telhados nem Sobrados, e hua das ditas cazas he a mais alta de todas elas e cabe sobre a dita ponte, com sua varanda estreita à roda da dita caza.*

A descrição mais pormenorizada existente sobre a referida torre deve-se ao Reverendo Pedro Ribeiro de Gouvea, pároco co-adjutor da Colegiada de Barcelos, realizada como resposta ao pedido de El-Rei D. José, para averiguar a situação do país pós-terramoto de 1755. A propósito da Torre da Ponte, refere-nos este autor que esta tem *os fundamentos bem perto da margem do Rio, sobre rochedos muito fortes e subindo até igualar com a ponte e terraplano da Villa, tem tres portas, como já dissemos; e daqui se levanta em tanta altura que excede de sento e cincoenta palmos (33m) com duas varandas de pedra e na ultima tem janelas de todas as partes. No interior desta torre que de Norte a Sul tem setenta e cinco palmos (16,5m) e de Nascente a Poente trinta e tres (7,26m) esta hum tanque com huma Milagrosa Imagem de S.ta Monica esculpida em pedra; as suas portas têm de largo quatorse palmos (3,08m) e treze (2,86m) de grosso nas paredes.*²² A Torre ainda existente tem cerca de 20m de altura, o que nos sugere que a da Ponte teria uma altura semelhante, na sua fase inicial, à qual foi acrescentada o segundo corpo, perfazendo a altura de 33m. A base da Torre, ainda hoje existente, confirma as medidas citadas, podendo-se através delas refazer, em planta, a Torre ao nível das portas da cidade.

Tal como se pode observar no desenho de Duarte D'Armas, os varandins da torre, são suportados no balanço que possuem por cachorros, em solução idêntica à adoptada nas Torres de Estremoz ou Beja, só para citar dois exemplos. Tipologia esta derivada da função militar, pois que, através dos matacões era possível lançar projecteis aos adversários. Na situação em causa a função militar deve estar atenuada ou até ausente, já que o varandim, associado ao Palácio do Conde, tem uma serventia de lazer, limitando-se os cachorros, neste caso, à sua função construtiva.

A Torre do Cimo de Vila é por vezes considerada como a Torre de Menagem, ou aquilo que, nas palavras do Professor Ferreira de Almeida, “está na sequência da anterior Torre de Menagem”²³. Porém, e continuando a seguir este autor, tal não poderia ser, já que, estas torres eram construídas nas cercas urbanas tardomedievais quando estas não possuíam um «castelo», de modo a poder albergar condignamente o seu Senhor ou Alcaide, o que a Torre do Cimo de Vila, aberta num dos seus lados, não o permitia.

Dentro deste conceito, poder-se-à considerar que a Torre da Ponte e o Paço dos Condes serão a verdadeira Torre de Menagem da cerca de Barcelos, numa miscigenação entre arquitecturas militar e civil. Se a torre tem um carácter acentuadamente militar, a que se juntou a arquitectura palaciana ao colocar-se sobre ela o segundo corpo, não é menos verdade que o paço, tipologicamente filiado na arquitectura civil, possui acentuados característicos castrenses, quer pela sua

²² GOUVEA, Rev.º Pedro Ribeiro de, *Memórias Paroquiais de 1758*, TT, Vol.6, nº 33, p.263.

²³ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *op. cit.*, p. 36.

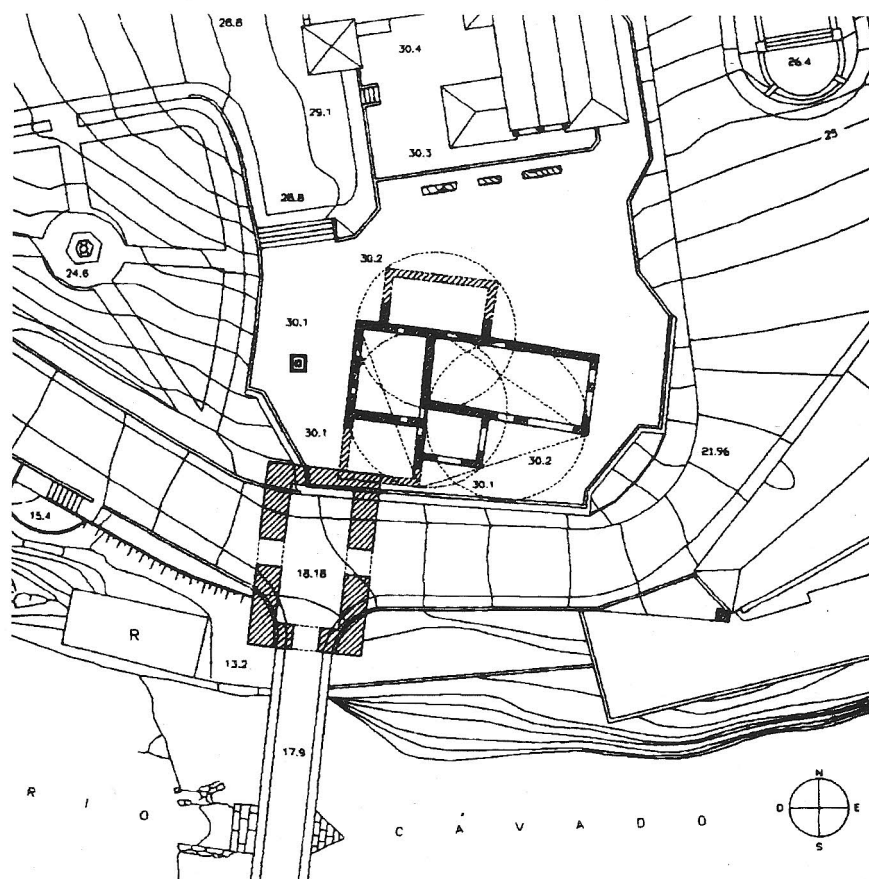


Figura 9 – Reconstituição geométrica da Torre da Ponte e do Paço

implantação, quer pelos elementos arquitectónicos que apresenta²⁴, quer ainda pela sua relação com a torre. Compreendemos assim os Procuradores de Ponte de Lima quando referem *que parecem mais fortaleza q paaços*.²⁵

O já citado documento da autoria do Rev.^o Pedro de Gouvea, apresenta-nos ainda uma descrição da muralha tal como ela se encontrava na segunda metade do Século XVIII, sendo ainda de referir que segundo este autor a muralha pouco ou nada sofreu com o terramoto. Nas suas palavras, Barcelos era *cercada com hua boa e alta muralha de alvenaria, cercada a toda a volta com ameas quadradas da mesma fabrica, com seteiras no meyo de cada hua; obra muito forte pela qualidade da argamassa. (...) No cerquito dos muros desta Villa hão sete portas, e hu postigo. A primeira fica debaixo deste palacio, e na sua frinteira; a segunda chamada do*

²⁴ A fachada voltada para o rio possui menos aberturas e de menores dimensões que as da fachada a Norte, onde o carácter palaciano se apresenta mais elaborado; este edifício tinha ainda merlões, o que, para além da simbólica do poder tem, evidentemente, um significado militar.

²⁵ Arquivo Municipal de Ponte de Lima, «Pergaminho n.º 40», in *op. cit.*

Pecegal, que fica sobre o Rio no alto dos rochedos entre dous fortins que faz a muralha. Mais acima tem a porta chamada da Ferraria, que fica para Oriente.

Seguia-se antigamente mais acima a porta de outra torre que tinha outra porta no seu interior; mas depois como se fez da torre Cadeya da Villa se abriu a pouca distancia para o Norte a que hoje chamam porta nova. Voltando daqui para poente está a porta da Ferraria; e a que acima tambem chamamos da Ferraria se chama a porta da rua das Velhas, que por equivocação se disse ser da Ferraria. Mais abaixo esta a porta chamada do Valle que fica debaixo da assim chamada, e que no interior olhando para o meio dia tem outra por onde se caminha para a Villa pela Rua da Esperança; sobre a qual esta hu nicho que recolhe hua Milagrosa Imagem de hu Santo Crucefixo. Segue-se ultimamente a porta da fonte de baixo olhando para o Ocidente; e junto da torre do palacio da parte do ocidente tem hu postigo chamado dos pelames.²⁶

Já cem anos antes da descrição acima citada, em 1672, Fr. Pedro de Poyares, refere que tem a Villa bons muros, e nelles sete portas; quatro mais principaes, e tres de menos serviço.²⁷

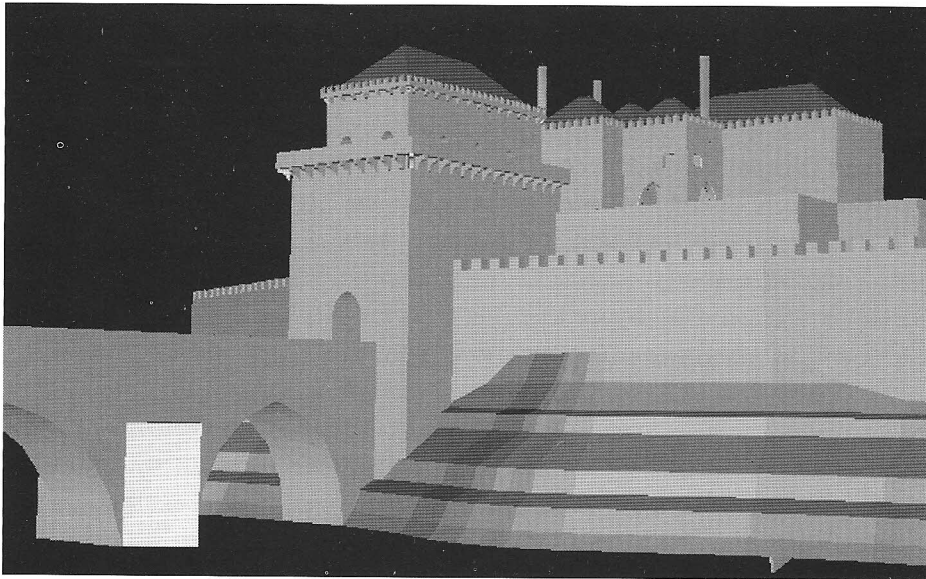


Figura 10 – Reconstituição virtual hipotética da Torre da Ponte e Paço dos Condes de Barcelos

Estas descrições das portas da muralha são coincidentes, já que, as quatro portas principais, a que se refere Fr. Pedro de Poyares, são certamente as que correspondem às duas torres ainda em serviço (Ponte e Vale) e ainda às Portas Nova e do Fundo de Vila. As três restantes são as do Pecegal, Velhas e Ferraria, não fazendo este autor referência ao Postigo dos Pelames, cuja importância devia ser

²⁶ GOUVEA, Rev.º Pedro Ribeiro de, *op. cit.*, p. 263 e ss.

²⁷ POYARES, Fr. Pedro de, *Tractado Panegyrico em louvor da Villa de Barcellos por rezam do apparecimento de Cruzes que nella apparecem*, Coimbra, 1672, p.4

diminuta no contexto de aberturas existentes. A outra porta existente na Torre do Cimo de Vila (ao tempo a servir de cadeia), já não entra na contagem por se encontrar encerrada, sendo substituída pela Porta Nova, já em funcionamento desde 1595²⁸. Segundo o Professor Ferreira de Almeida²⁹, será por volta desta data (2ª metade do Séc.XVI) que se realizou o arranjo urbanístico que, desde a Porta da Ferraria (aberta em 1631) endireitou a Rua Direita de modo a direccioná-la para a recentemente aberta Porta Nova. O troço refeito era apelidado de Cimo de Vila e dava acesso directo à Porta da Torre do mesmo nome. É possível que o fecho desta torre se tenha verificado também nesta época, aquando da adaptação a cadeia, como o deixa perceber os caracteres renascentista apostos.

Relativamente às descrições da muralha citadas não parece haver grandes dúvidas, já que estas são coincidentes com a estrutura urbana ainda hoje existente, podendo apenas colocar-se um ponto de interrogação sobre a Porta do Pecegal. Esta, na opinião do Professor Ferreira de Almeida³⁰, seria a que hoje existe a Nascente da pequena torre integrada na casa do Conde de Vilas-Boas. Tal opinião é sustentada pela observação do desenho de Duarte D'Armas, que representa uma pequena torre, à frente da qual existe uma barbacã, que defenderia a porta que daria acesso ao rio e a um eventual poço. Contrariando esta versão temos a descrição acima citada, do Rev.º Pedro de Gouvea, que nos refere que esta porta *fica sobre o Rio no alto dos rochedos entre dous fortins que faz a muralha*. Na casa do Conde de Vilas-Boas ainda é possível identificar a segunda torre, a Poente da referida, integrada na casa. Entre estas duas existe uma porta, que a partir do pátio da casa dá acesso a vários patamares da mesma. Pelas suas características construtivas, de que se salienta o arco em ogiva, e pela mesma estar numa cota baixa da muralha, que se encontra intacta para cima, parece-me ser a porta contemporânea da construção da muralha. Esta hipótese é reforçada pela comparação com a outra, normalmente referenciada como sendo a do Pecegal, que possui um arco de volta inteira, de características mais tardias, além de estar colocada numa cota superior, evidenciando sinais de intervenção na muralha.

A Barbacã estaria assim assente na base de pedra, hoje integrada na casa dos Vilas-Boas, que apoia a diferença de cotas entre os patamares do antigo jardim e o Rio e entre as duas torres integradas na referida casa. Este patamar ainda hoje possui um acesso directo ao rio, através de uma escadaria no seu limite Poente. Na planta de 1806 é possível observar que a passagem pela referida porta ainda era pública, estando os torreões já integrados na casa do Conde de Vilas-Boas, um sob a dita casa e outro como miradouro, tal como ainda se encontram hoje. A outra porta, a Nascente desta, seria porém a mais utilizada na época, quer pela facilidade de acesso ao rio que permitia, quer pelo carácter semi-privado que a outra já possuiria. Em resumo, penso que será possível afirmar que, originalmente, a cerca de Barcelos possuía três portas principais sob as torres e duas portas secundárias:

²⁸ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *op. cit.*, p. 57.

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ *Ibidem*, p. 34.

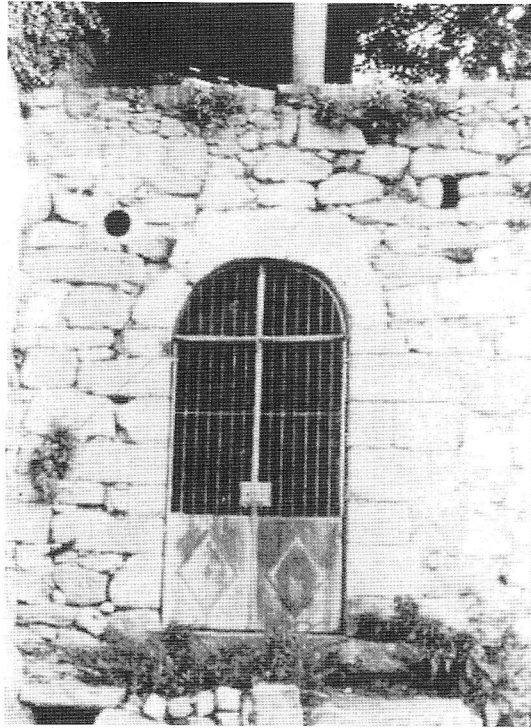


Figura 11 – Postigo da Muralha, habitualmente designado do Pessegal

a do Fundo de Vila, dando acesso ao antigo eixo viário, o qual perdeu importância com a construção da Ponte; e a Porta defendida pela barbacã e pelos dois torreões, que permitia o acesso à água, elemento vital para a sobrevivência durante um possível cerco. As restantes portas e postigo foram sendo abertos conforme a conveniência de acessos que as diferentes épocas foram requisitando.

Tecnicamente a muralha era constituída por aparelho semelhante ao *Opus emplectum*, sendo a alvenaria que o constitui pouco trabalhada, com cerca 0,60m de Leito, aparelhada em certas situações, como seja nas esquinas. O espaço interior da muralha era preenchido por pedra miúda, terra e argamassa. Este facto é perfeitamente visível na fotografia tirada pela D.G.E.M.N. em 1950, aquando da destruição da muralha, a Poente da Ponte, para a implantação do edifício do Turismo.

Recentemente, também foi possível observar o mesmo, por ocasião do derrocamento de uma porção da muralha (apenas da parede intra-muros), por infiltração de águas pelo topo, o que provocou um grande aumento da massa do enchimento da muralha. Tal causa já tinha sido apontada em 1800, para a derrocada da Torre da Ponte.

A forte argamassa que liga as pedras da muralha é constituída pelo “barro de Barcelos, arenoso e amarelo” que, “quando misturado com cal ou cimento, oferece uma argamassa bastante resistente, muito utilizada ainda hoje”.³¹

³¹ Almeida, Carlos Alberto Ferreira de, *op. cit.*, p.35

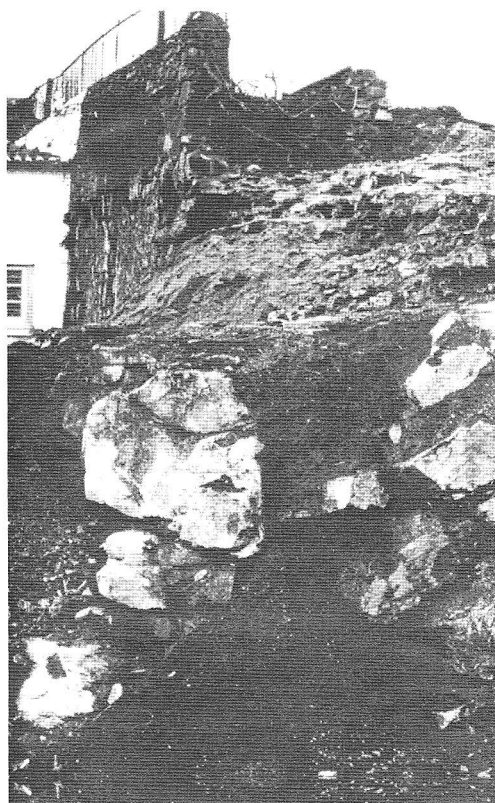


Figura 12 – Fotografia dos anos 50 da D.G.E.M.N.

A cerca de Barcelos foi sendo destruída ao longo dos Séculos XIX e XX. Tal como em muitas outras cidades e vilas de Portugal, quando o carácter militar já estava completamente ultrapassado e a cerca constituía uma barreira à expansão e continuidade urbanas, a sua pedra foi sendo retirada para ser utilizada noutras construções. Também característica comum a outras cercas portuguesas e estrangeiras, foi a sua absorção pelas construções envolventes, pelas quais é hoje ainda possível localizar a sua passagem. Visíveis, restam apenas os paramentos pertencentes à Casa Vilas-Boas, com os seus torreões e a continuidade desta, envolvendo a Cooperativa Agrícola; um troço a Sul da Torre ainda existente; e uma pequena porção ainda visível no local onde se situava a Porta do Fundo de Vila.

A protecção destes segmentos da cerca ainda existentes, passa pela sua recuperação, quer em termos do tratamento das suas patologias (exterminar plantas e fungos, proteger o seu topo para evitar a infiltração de águas acima referida), e pela sua correcta valorização e integração no contexto urbano, de modo a sensibilizar a população e agentes económicos para a sua preservação.

Preservação esta indispensável para perpetuar um dos mais altos valores patrimoniais de Barcelos, símbolo por excelência dos tempos áureos como Condado.